



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social**

**Sub-eixo: Questão Urbana**

## **CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS COLETIVOS CONTEMPORÂNEOS E O DIREITO À CIDADE**

**CAROLINE RODRIGUES DA SILVA<sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

A fim de subsidiar o trabalho dos assistentes sociais com os movimentos sociais urbanos e ambientais este artigo tem por objetivo apresentar reflexões teóricas e empíricas sobre características dos sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). O artigo conclui que os sujeitos coletivos são plurais e heterogêneos.

**Palavras chaves:** sujeitos coletivos, direito à cidade, racionalidade neoliberal, serviço social.

### **RESUMEN**

Con el objetivo de subsidiar el trabajo de los trabajadores sociales con los movimientos sociales urbanos y ambientales, este artículo pretende presentar reflexiones teóricas y empíricas sobre las características de los sujetos colectivos de las luchas urbanas en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ). El artículo concluye que los sujetos colectivos son plurales y heterogéneos.

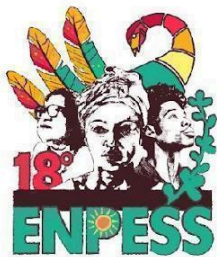
**Palabras claves** Palabras clave: sujetos colectivos, derecho a la ciudad, racionalidad neoliberal, trabajo social

## **INTRODUÇÃO**

A fim de subsidiar o trabalho dos assistentes sociais com os movimentos sociais urbanos e ambientais este artigo tem por objetivo apresentar reflexões teóricas e empíricas sobre características dos sujeitos coletivos das lutas urbanas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A partir desta caracterização o artigo busca refletir sobre como

---

<sup>1</sup> Faculdade de Serviço Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

transformações do tecido associativo contemporâneo devem ser consideradas no processo de defesa do direito à cidade pelos assistentes sociais.

A escolha deste objetivo deve-se a compreensão de que no capitalismo as cidades estão constantemente sendo disputadas pelo Estado, pelo Mercado e pela Sociedade Civil (SILVA, CÍCERA, PAZ, 2020). Assim, enquanto a lógica de acumulação de capital se der por meio da expropriação da natureza e da espoliação do espaço (HARVEY, 2012) teremos um árduo caminho de lutas sociais em prol do direito à cidade. Compreender as transformações do tecido associativo contemporâneo é uma chave analítica importante para os assistentes sociais fortalecerem o papel da sociedade civil na disputa pelas cidades no capitalismo.

Partimos da premissa que o direito à cidade se expressa na reivindicação de uma outra sociabilidade, contrária à do capital. Nesse sentido, o direito à cidade possui uma dimensão utópica, ainda não vivida, mas que está por vir, ele abre caminhos para construção de um outro espaço urbano (LEFEBVRE, 2001). O direito à cidade não é um direito individual, mas um direito coletivo de mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos (HARVEY, 2014).

O artigo é resultado da tese *“Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal”* realizada pela autora no período de 2018-2021, no âmbito do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SILVA, 2021). A tese situa-se no campo dos estudos sobre movimentos sociais que problematizam a relação sujeito-objeto e consideram os sujeitos coletivos como detentores de saberes políticos relevantes para o enfrentamento desta crise.

Em termos metodológicos, a autora adotou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Também realizou pesquisa qualitativa<sup>2</sup> com quatro sujeitos coletivos da RMRJ, a saber: Instituto de Formação Humana e Educação Popular; Brigadas Populares; Fórum Grita Baixada; e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Niterói e Região. A escolha desses sujeitos deu-se com base em levantamento participativo prévio, sistematizado no livro *A luta urbana por seus protagonistas: direito à cidade, direito nas cidades* (FASE, 2018). Os critérios para escolha da quantidade e do perfil dos sujeitos foram: condições de realização de pesquisa na pandemia de Covid-19, disponibilidade de tempos da pesquisadora e dos sujeitos, garantia de diversidade entre os sujeitos, garantia de diversidade territorial e aproximação da pesquisadora com os sujeitos.

O artigo está organizado em três partes: na primeira apresentamos caracterização dos

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos à Plataforma Brasil e aprovados pelo Comitê de Ética de Pesquisa da PUC-SP.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro, na segunda refletimos sobre a heterogeneidade entre os sujeitos e sobre a tendência deles de afirmarem a partir da diferença entre si. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## **CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS COLETIVOS CONTEMPORÂNEOS**

Sem a pretensão de dar conta da enorme diversidade cultural, organizacional e política que caracteriza os sujeitos coletivos atuantes nos processos de resistência existentes na RMRJ e longe de tomar a parte pelo todo, este item apresenta algumas das suas características contemporâneas. Contudo, também é necessário frisar que a caracterização dos sujeitos coletivos não tem a pretensão de trazer algo novo no cenário político, mas busca interpretar o processo histórico mais amplo das ações coletivas, cujas transformações no mundo do trabalho são o pano de fundo.

Lembremos que o capital produtivo, aquele ligado à indústria, à produção de bens de consumo e as manufaturas, deixou de ser a principal fonte para ganhos monetários e de ampliação da riqueza desde que o regime de acumulação fordista foi sendo substituído, gradativamente, pelo regime de acumulação flexível. (HARVEY, 1993). Desde então não há precedentes na história do capitalismo em que a extração do valor ocorra via capital financeiro. Assim, mesmo sem eliminar o uso do trabalho humano, o padrão de funcionamento do capitalismo no século XXI impõe cotidianamente aos trabalhadores e trabalhadoras a precariedade, a sobrecarga e a ausência de garantias trabalhistas. Todas essas mudanças trazidas pelo regime de acumulação flexível trouxeram dificuldades para as tradicionais formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras em sindicatos e partidos. Além das transformações no mundo do trabalho outros dois fatores são importantes para compreendermos as mudanças nas formas de associativismo contemporâneo e sua relação com o direito à cidade. O primeiro é o aumento das desigualdades sociais causadas pela adesão da lógica neoliberal pelos sistemas políticos. A desigualdade social sempre caracterizou a sociedade brasileira, no entanto, ela aumentou nos últimos anos devido aos cortes dos investimentos políticas públicas e a priorização de políticas econômicas de austeridade fiscal.

Assim, é importante lembrarmos que o patrimônio dos 42 bilionários brasileiros aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 177 bilhões) durante a pandemia de coronavírus (OXFAN, 2020) devido às escolhas políticas do governo (2018-2022) na condução da pandemia de Covid-19 e da economia, assim como é salutar destacarmos que 75,2% da população mais

pobre do Brasil são pessoas negras (IBGE, 2019) e que são essas pessoas que sofrem, prioritariamente, as consequências da ausência de políticas públicas, entre as quais a política urbana.

Logo, além dos sistemas políticos elegerem as políticas de austeridade fiscal e promoverem o desfinanciamento das políticas públicas, eles fortalecem os valores da razão neoliberal. A esse processo Dardot & Laval (2016; 2017) vem chamando de “nova *racionalidade* governamental”.

Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa, essas são as etapas pelas quais se realiza a extensão da racionalidade mercantil a todas as esferas da existência humana e que fazem da razão neoliberal uma verdadeira razão-mundo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 379).

Portanto, sendo uma *nova razão do mundo*, e não apenas uma doutrina econômica, a racionalidade neoliberal adquire uma dimensão totalizadora da qual nada nem ninguém escapa, a qual estabelece o princípio da concorrência como lógica normativa generalizadora que atinge desde o Estado até todas as esferas da existência humana.

Em geral as implicações da *nova razão do mundo* sobre o Estado são conhecidas: privatizações, concessões, terceirizações do patrimônio público; desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas; disponibilização de ativos do Estado para o mercado via apropriação dos fundos públicos; expropriação da natureza e do meio ambiente; expropriação da terra pública; gestão dos equipamentos de infraestrutura e dos serviços de interesse público a partir da lógica de mercado; mudança nos padrões de consumo, entre outras.

No entanto, embora menos consideradas, as implicações da *nova razão do mundo* sobre a sociedade e os indivíduos será enorme. Exatamente por trazer importantes contribuições nesse âmbito é que nos apoiamos nesse conceito de Dardot & Laval (2016; 2017) para interpretar as características dos sujeitos coletivos contemporâneos que apresentaremos a seguir.

O segundo fator que nos ajuda a entender as transformações no tecido associativo é a intensificação do uso da internet e das redes sociais para ação coletiva. Se o ciclo de protestos de junho de 2013 já sinalizava a centralidade da comunicação para as lutas sociais, a pandemia de Covid-19 evidenciou a importância do uso das redes sociais e do WhatsApp para a organização das ações de solidariedade. Muito embora a mídia comunitária seja uma estratégia de luta dos movimentos sociais utilizada há muito tempo, há enormes diferenças entre o tempo em que as rádios e os jornais comunitários eram os principais veículos de difusão de informações



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

nos territórios e o tempo atual, em que os aplicativos de celular e as “redes de autocomunicação de massa” (CASTELLS, 2013) passaram a dominar não só nossa forma de comunicação, mas todos os domínios da vida social.

Segundo Castells (2013), a “autocomunicação de massa” está baseada em redes horizontais, multidirecionais e interativas de comunicação, que são construídas nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. Essa comunicação é de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com potencial de conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo.

É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a escolha do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes é autosselecionada. Resgatamos esse conceito pois ele traz uma novidade em termos da autonomia dos movimentos sociais em rede em relação às instituições da sociedade, isso porque, para Castells (2013):

A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. É por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (por exemplo, controlando o compartilhamento de arquivos, ou as redes com fonte aberta) (CASTELLS, 2013, p. 12).

Feita essas breves considerações apresentamos a seguir algumas das características dos sujeitos contemporâneos das lutas urbanas da Região metropolitana do Rio de Janeiro identificadas na pesquisa de Silva (2021).

- **Possuem identidades múltiplas e fluidas**, ou seja, identificam-se por mais de uma das identidades a seguir: mulheres, homens, jovens, negros, negras, trabalhadores, trabalhadoras LGBTQIA+, periféricos, periféricas, religiosos, religiosas, indígenas, quilombolas, agricultores, agricultoras. Há ainda uma tendência de valorização dessas múltiplas identidades, ao mesmo tempo que há uma tendência de que a identidade territorial comum articule os sujeitos.

- **Caracterizam-se pela plurimilitância**, ou seja, em geral o mesmo sujeito ou sujeita político/a milita em mais de um espaço ao mesmo tempo. Essa plurimilitância impõe desafios a ação política como a sobrecarga de atividades, a sobreposição de agendas de diferentes



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

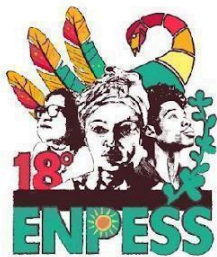
movimentos, o que muitas vezes dificulta a efetividade das ações bem como gera um tipo de “produtividade militante” que não permite descanso, cuidado de si, lazer, férias.

- **Há quem defenda que a plurimilitância sempre existiu**, que os sujeitos dos anos 1980 também participavam de diversos espaços que estabeleciam certa hierarquia entre si e que estavam conectados ao projeto político defendido. A diferença é que atualmente a plurimilitância parece estar sendo motivada mais por interesses individuais e menos por uma demanda do coletivo. Um fator que comprova essa afirmação é que nem sempre há conexão entre os espaços que se participa. Outro fator é que estamos numa sociedade neoliberal que estimula a competição, que valoriza o desempenho individual, que incentiva o uso excessivo da imagem nas redes sociais e estabelece as “curtidas” como método de aprovação ou desaprovação social etc. Sabemos que essa não é uma regra, mas nos parece importante estarmos alertas ao fato de que muitas iniciativas militantes têm se descolado dos interesses coletivos e do processo coletivo necessário para construção de projetos de sociedade anticapitalistas.

- **O nome e a autodefinição é muito importante e garante afirmação da diferença, contudo, por vezes essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando.** Também há os casos em que o nome e a autodefinição precisa ser oculto pois pode expor os sujeitos a riscos sociais. Em geral, esses casos têm relação direta com a clássica dinâmica centro-periferia que orienta a produção do espaço no capitalismo e gera a desigualdade urbana nas cidades. Logo, há diferenças entre os sujeitos que se organizam desde o centro das cidades e os que se organizam desde os territórios periféricos.

- **Há uma multiplicidade de formas de organização e nomes.** Até os anos 1990 a autodefinição como associação, partido, sindicato, movimento e rede parecia dar conta do tecido associativo. Hoje o mapa é mais plural e fragmentado, com muitíssimas outras autodefinições: comitê, coletivo, coletiva, convergência, campanha, assembleia, frente, articulação, rolê, casa, quilombo, conselho, marcha, escola, espaço, grupo, brigada, projeto, comuna, levante, aldeia, quintal, teia, etc.

- **As lutas urbanas passaram a ser cada vez mais territorializadas sem serem localistas**, ou seja, os sujeitos coletivos reivindicam o direito ao seu território de identidade como forma de disputar o direito à cidade, ao mesmo tempo que se conectam a outras lutas por meio



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

das redes sociais, lutas que contribuem para um imaginário mais amplo, periférico, favelado, de cidade. Lembremos que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo as lutas sociais não se restringem mais ao local de trabalho, tendo se ampliado para os territórios periféricos. Conforme já pontuamos, esse deslocamento das lutas do mundo do trabalho não significa que a esfera produção tenha perdido sua centralidade, nem que tenha sido substituída pela esfera das finanças. A expropriação da força de trabalho segue sendo condição fundamental da acumulação do capital. Isto posto, nossa análise está sustentada no fato de que, cada vez mais, o excedente de capitais superacumulados a partir da efetivação da mais valia<sup>3</sup> busca um território para aterrissar e fazer seu “ajuste espacial” (HARVEY, 2011) contudo, nessa busca incessante, ainda não consegue destruir a potência do próprio urbano que é entendido aqui não apenas como resultado do modo de produção capitalista, mas uma criação político cultural onde relações sociais contra hegemônicas se reproduzem e onde os sujeitos coletivos se organizam. Henri Lefebvre denomina essa forma de produção do espaço de espaço diferencial (LEFEBVRE, 2006). Portanto, é a dinâmica de acumulação de capital que faz com que a agenda do direito à cidade se reconfigure e que faz com que as periferias urbanas se tornem fronteiras a ser ultrapassada pelo capital e, ao mesmo tempo, elas também se tornam lócus de resistência e emancipação social onde se criam novas territorialidade e formas de organização coletiva. (ZIBEBECHI, 2015)

• **Há uma aproximação entre militância e universidade**, muitas vezes o militante não é só militante, mas também pesquisador. Vale pontuar que essa característica se explica, em parte, pelas políticas afirmativas de inclusão dos jovens pretos e pretas nas universidades<sup>4</sup>.

• **Redes sociais possibilitam maior autonomia da/do militante em sua inserção dentro de uma coletividade**. Disso se desprende uma tensão central entre o indivíduo e o coletivo já que não há separação clara entre vida privada e vida pública, assim como as redes

<sup>3</sup> A mais-valia é a diferença entre D - D', ou seja, é o acréscimo de valor que surgiu no processo de produção, valor esse que foi criado pela força de trabalho. A mais-valia só se efetiva quando a nova mercadoria resultante do processo produtivo (M') se realiza, isto é, quando ela é vendida. No entanto, raramente um mesmo capitalista se apropria da totalidade da mais-valia. Geralmente ele se associa a outros capitalistas durante o processo produtivo e, na hora de concluir este processo, precisará dividir a mais-valia. Essa divisão se dá com as seguintes frações do capital: industrial, bancário, comercial e da renda fundiária.

<sup>4</sup> Por políticas afirmativas entende-se um conjunto de medidas tomadas a partir de 2003 quando foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Entre as medidas destacamos: promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2003, que introduziu no currículo o ensino obrigatório de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010; e aprovação da Lei Federal 12.711/2012, que garantiu a implementação de cotas raciais em pelo menos 50% das vagas das universidades federais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

criam oportunidades políticas tanto para os indivíduos como para o coletivo. A comunicação em tempo real e a possibilidade de interação com a notícia instantaneamente trouxe algo novo para as lutas sociais, já que a carga de emoção e a rapidez com que interagimos com tais eventos e postamos nas redes sociais dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas (CASTELLS, 2013).

### **PLURALIDADE E O DIREITO A DIFERENÇA ENTRE OS SUJEITOS COLETIVOS**

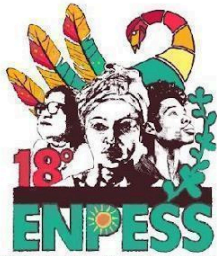
No que tange ao direito à diferença nos parece importante pontuar que os sujeitos coletivos do século XXI não são os mesmos de 30 anos atrás. O sujeito coletivo universal já não existe desde maio de 1968, quando as feministas denunciaram que, por trás desse universalismo aparente, havia um homem ocidental, branco, cristão e proprietário. Na década de 1990, o movimento zapatista também já sinalizava uma crise das referências tradicionais de luta da esquerda após a queda do muro de Berlim e apontava para a novos imaginários de resistência.

Assim, esse sujeito universal que nos levaria à revolução transformou-se em um sujeito plural cujo horizonte político passa por afirmar a diferença. Importante compreender que igualdade e diferença não são pares antagônicos, o que se busca com essa afirmação é que a igualdade seja capaz de conviver com a diferença sem hierarquizá-la. Mesmo que essa seja uma difícil tarefa, ela reafirma a luta pelo “direito a ter direitos” (TELLES, 1998) na medida em que nenhum direito é conquistado sem que exista um sujeito que anuncie seu projeto e atue na esfera pública para alcançá-lo. Logo, há uma articulação entre os sujeitos coletivos e os sujeitos de direitos que não pode ser esquecida; seja porque os sujeitos coletivos se constituem na luta por direitos, seja porque a conquista dos direitos sociais, políticos e civis que caracteriza a cidadania invertida (CARVALHO, 2015) do Brasil se forjou e segue forjando sujeitos coletivos no processo de luta pela democracia.

Portanto, se por um lado a pluralidade de sujeitos coletivos e a heterogeneidade do tecido associativo são característica do tempo presente que desafiam a construção do horizonte político comum (AGUILLAR, 2017) por outro é exatamente o encontro entre essa pluralidade de sujeitos que produz as novas possibilidades políticas para além do Estado e do mercado (FEDERICI, 2019).

No movimento social você tem atores diversos. Então, você se relaciona com pessoas





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que são católicas, mas que também são evangélicas e tem pessoas que não acreditam em nada. Então, essa diversidade na discussão política, isso amadurece a gente profundamente (Sujeita H, Fórum Grita Baixada, entrevistada em 11/9/2020).

O IFHEP é muito complexo, porque a gente tem ali pessoas de orientações políticas que não são completamente divergentes porque todos somos anticapitalistas, mas não chegamos a uma condição impossível e intratável, mas a gente tem ali pessoas que são do movimento negro, a gente tem pessoas do movimento LGBTQIAP+, a gente tem pessoas do movimento estudantil, tem pessoas ligadas a partidos, outras já são independentes, a gente tem ali uma profusão de atores que se envolvem em processos eleitorais, o que a gente tenta fazer é garantir espaço pro debate das linhas com as quais a gente tem algum diálogo, que a gente acredita. Por exemplo, a gente fez um curso de férias com candidatos a vereador que alguns de nós ali indicávamos, então você tinha basicamente candidatos do PSOL, PCB, e já tivemos em alguns anos conversas com o pessoal do movimento “Não Vote, Lute!”, que está mais ligada à galera anarquista... Por ser essa amplitude, tem gente no IFHEP que é anarquista, tem gente que é comunista, tem gente que é socialista, tem gente que é afrocêntrica, o que a gente precisa é garantir o espaço *pro* nosso debate, sempre (Sujeita B, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Ao analisarmos a trajetória do Sujeito J, um importante membro da diretoria do Sindágua-RJ, percebemos quanto a militância em espaços plurais contribuiu para sua formação política. Sendo um homem de 55, já fez parte do Sindicato dos Marítimos, quando trabalhava na Marinha Mercante, e do Sindicato dos Bancários, quando trabalhava no Unibanco, contudo considera o acesso à universidade pública em 2004 como um momento ímpar na sua trajetória, quando ingressou na graduação de pedagogia na Universidade Federal Fluminense. Atualmente, além de estar organizado no sindicato também faz militância partidária no PSOL. Identifica que mais que sua bagagem de vida, foi essa militância interna no partido que lhe possibilitou adquirir conhecimento sobre a diversidade do tecido associativo.

No caso o PSOL tem uma característica, que a gente fala, que é uma colcha de retalhos. São muitas correntes oriundas de outros partidos de esquerda e de rupturas do PT, de rupturas do PCB, do PSTU. E o PSOL foi o partido que acolheu todos esses grupos e aí tem uma forte discussão interna acerca dos direitos fundamentais, dos movimentos, como acontece, como não acontece... Eu falo da militância partidária porque foi o PSOL que me deu isso. Nesses anos todos de discussões internas. É, ela me ajudou a entender o que era minha vida, porque eu era do jeito que eu era. Eu era machista, eu ainda sou machista. Eu era homofóbico, eu ainda sou homofóbico. Eu era um liberal, um meritocrata, eu ainda sou isso. Mas eu tenho desconstruído isso ao longo dos anos e parte dessa desconstrução eu devo à militância. Mas não é a militância partidária, eu acho, do senso comum. Mas essa militância orgânica, dos grupos de discussão, dos pontos de vista que vão sendo colocados. Quando o saber te é apresentado e em paralelo a isso te dão os instrumentos para que você tenha autonomia de pensamento. Então, o [Sujeito J] de hoje é resultado disso tudo. Então, é uma coisa muito difícil de você construir na sociedade (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1/11/2020).

Embora o Sujeito J reconheça a importância da convivência com diferentes sujeitos para



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

sua formação política, a heterogeneidade do tecido associativo não se traduz na composição nem na forma de fazer política do Sindágua-RJ. Exemplo dessa questão é que entre os 15 membros da Diretoria Executiva há apenas uma mulher, entre os 20 membros da Diretoria de Base também há apenas uma mulher e no Conselho Fiscal que é formado por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes, todos são homens. Ao ser perguntado sobre porque a heterogeneidade de sujeitos não está presente no Sindágua-RJ, a resposta apontou traços históricos do sindicalismo e características personalistas que marcam a ação coletiva brasileira.

A gente precisa talvez retornar no tempo, lá na década de 80, 90, quando do surgimento do PT, que tinha muito dessa organicidade entre movimentos sociais e dos trabalhadores. [...] Houve para mim uma degeneração do Movimento Sindical e apareceu muito aquela figura, que eu em parte continuo representando hoje, que é o sindicalista que vai lá e resolve os problemas e os trabalhadores apenas colhem os lucros. Ou prejuízos. Porque na medida que você só tem uma representatividade atuando você deixa de ser o ator principal. Quem deveria ser o ator? Deveria ser o trabalhador. E aí, nesse sentido, as entidades como um todo, elas se degeneraram, se perderam em meio à burocracia sindical e também à burocracia do Estado e das lutas. Criaram várias superestruturas, como as Centrais Sindicais, as Federações, e mantiveram essa maneira de atuar: “deixa que eu resolvo”, “eu vou falar com o parlamentar”, “eu falo com o governador”, “eu falo com o presidente da indústria/da empresa”, e os trabalhadores esqueceram ou desaprenderam, alguns desaprenderam, e os mais jovens não aprenderam, a importância de fazer esse enfrentamento, de fazer a contestação (Sujeito J, Sindágua-RJ, entrevistado em 1/11/2020).

Diferente do Sindágua-RJ, a pluralidade de sujeitos coletivos e a heterogeneidade do tecido associativo são características presentes tanto na composição como na forma de fazer política do IFHEP. Por mais que sejam sujeitos coletivos com naturezas distintas, nos pareceu pertinente compará-los porque possuem concepções distintas sobre a classe trabalhadora.

Enquanto o primeiro representa os trabalhadores de forma generalista e, em alguma medida, com baixa participação deles, o segundo identifica a classe trabalhadora como parte da sua própria identidade periférica, sem a qual o próprio IFHEP não existiria. Os sujeitos que constroem o IFHEP são trabalhadores e reivindicam essa identidade de classe na narrativa política, ao mesmo tempo buscam mobilizar outros trabalhadores para suas ações. O ponto principal é que a concepção de classe trabalhadora para o IFHEP tem idade, gênero, raça e endereço.

Eu acho que no IFHEP a gente tem uma compreensão de classe trabalhadora que é a seguinte: a maioria da classe trabalhadora no Brasil ela é negra e ela é mulher, então a gente vai partir desse pressuposto, então além da gente discutir a produtividade, a gente tem que discutir a reprodução do trabalho. Então eu acho que o IFHEP compreende essa dimensão interseccional [do trabalho] desde esse ponto de vista. E ele está na periferia, Campo Grande sempre foi visto como um bairro dormitório, e agora continua com os novos aplicativos e com a uberização, eu vejo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pelos meus alunos, muitos trabalham entregando comida. Então o IFHEP percebe que a classe trabalhadora é negra, é mulher e está na periferia, então vamos olhar direito para essas pessoas, ver como as relações estão se dando aqui na base e quem são os sujeitos que a gente quer que transforme a realidade, porque são justamente esses mesmos sujeitos, os jovens negros periféricos, as mulheres, os LGBTQI+ que são os nossos públicos de turma. E aí tem uma outra dimensão de classe trabalhadora, no IFHEP tem muitos professores e professoras que vão se entender enquanto classe trabalhadora (Sujeito C, IFHEP, entrevistada em 10/7/2020).

Por outro lado, o depoimento a seguir mostra que nem todos os sujeitos políticos entrevistados na pesquisa enxergam o direito à diferença e à pluralidade de sujeitos como possibilidade para produção de uma outra cultura política para além do Estado e do mercado (FEDERICI, 2019).

Para a Sujeita K, a pluralidade de sujeitos no tecido associativo é um problema que leva à fragmentação política das lutas sociais e que poderia ser resolvido com “uma liderança forte que fosse capaz de juntar todo mundo”. Com uma trajetória de militância política de mais de 30 anos, lembra-se com saudosismo das décadas de 1980 e 1990 quando os trabalhadores da Cedae compunham o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Rio de Janeiro (STIUR), mais conhecido como Sindicato dos Urbanitários, tempo em que esse sindicato articulava trabalhadores de vários setores como elétrico, saneamento, transporte, meio ambiente.

Assim, permanece no imaginário social a ideia de que o caminho para as lutas sociais é um só, de que o êxito dos processos de resistência deve-se à figura de um único indivíduo e de que as diferentes posições políticas – tão caras à vitalidade democrática e à expressão da própria forma de ser da sociedade como nos ensinou Rancière (2014) – atrapalham as disputas políticas ao invés de nutri-las.

Eu vejo que as pessoas hoje estão muito divididas, então quando tá dividido você é muito mais fácil ser conquistado por qualquer coisa. São várias ideologias, são vários assuntos, várias crenças e tudo mais, mas eu acho que o caminho é um só. O caminho é um só. Você pode ter uma ideologia totalmente diferente da minha, mas a gente vai trilhar o mesmo caminho. Por quê? Se eu quero o bem da coletividade, eu vou chegar junto com você lá na mesma esquina. Você vai pela esquina A pela esquerda, eu vou vir pela esquina B pela direita, mas a gente vai se encontrar lá na frente e se encontrando lá na frente a gente vai formar um grupo muito maior. Só que é aquela coisa assim, só que não... o que que precisa nisso tudo? Um líder. Porque grupos pequenos você consegue liderar, mas o grupo quando ele passa, até mesmo no próprio sindicato, né? Você começa a liderar 20 pessoas, se botar os 3 mil funcionários, vamos supor: 3, 4 mil funcionários da Cedae junto você já não consegue mais liderar? Por que que dentro da Cedae existem vários sindicatos? Já começa por aí entendeu? É porque a Cedae é muito grande (Sujeita K, Sindágua-RJ, entrevistada em 4/11/20).

No caso das Brigadas Populares, o direito à diferença e à pluralidade entre os sujeitos é



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

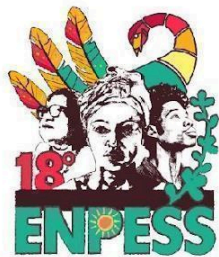
tratado internamente pelo movimento, mas não deve ficar aparente fora do movimento porque orientam-se pelo lema da “unidade aberta para a nova maioria”, ou seja, trabalham com as divergências internamente, mas para fora têm um discurso único.

A linha das Brigadas é o centralismo democrático, e por centralismo democrático a gente entende que dentro a gente pode ter as nossas divergências, que vão ser resolvidas nos espaços corretos, tipo nas assembleias; e *pra* fora a gente tem que passar uma unidade dessa organização... Eu não sinto na verdade uma superdisputa interna nas Brigadas, mas óbvio que sempre vão existir opiniões divergentes, que vão sempre ser resolvidas nos espaços corretos e de lá chegar num consenso (Sujeita D, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020). A gente está levantando a bandeira de unidade para as eleições municipais, a gente está ali defendendo uma postura de unidade entre a esquerda *pra* gente vencer essas eleições de 2020, mas temos diversos posicionamentos políticos até dentro das correntes do PSOL, que são ultradivergentes em diversos posicionamentos, mas a gente acha que agora não é momento para continuar separando, porque não tá dando certo, estamos enfrentando um governo fascista, uma política fascista que também está presente na cidade... Então a gente acha que o mais vantajoso para a política, para a cidade do Rio de Janeiro e para o povo em geral seria essa unidade do campo da esquerda, como uma candidatura única (Sujeita E, Brigadas Populares, entrevistada em 21/7/2020).

Para melhor compreensão do “centralismo democrático” que orienta as Brigadas Populares é preciso ressaltar que em seus documentos se definem como uma organização popular cujo sujeitos identificam-se pela “condição de trabalhador e de povo”, ou seja, são esses os sujeitos que buscam unir para formar uma nova “maioria política” e construir uma alternativa à dominação capitalista.

O caráter popular da organização decorre da análise do sujeito da revolução brasileira. Um sujeito em construção, síntese de duas condições específicas: as condições de trabalhador e de povo. Nossa linha de massas parte da percepção de que não é possível separar a classe trabalhadora da sua condição de povo na disputa política. A diferença entre classe e povo se dá em uma dimensão analítica específica, dentro de um exercício de abstração que privilegia as categorias teóricas e informa a composição e a organização da sociedade capitalista em geral. No entanto, nos níveis mais concretos de análise, considerando as formações sociais, o povo e a classe estão imbricados e importam para a construção da estratégia revolucionária, sendo um erro político separar o trabalhador da sua condição de povo. O sujeito da revolução brasileira está nas fábricas, no campo, nas periferias dos grandes centros, nos presídios e ruas. Tomá-lo em toda sua complexidade é uma necessidade irrenunciável daqueles que procuram se estabelecer como alternativa à dominação capitalista (BRIGADAS POPULARES, 2011).

Independentemente da forma como os sujeitos lidam com o direito à diferença e à pluralidade, é patente que essa é uma característica dos sujeitos coletivos do século XXI. Consideramos que tal característica tem a ver com o fato de que a racionalidade neoliberal



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

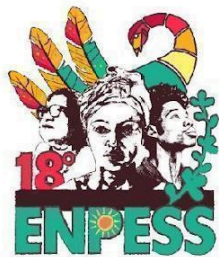
reduziu os direitos de cidadania (civil, político, social) a tal ponto que não há, no atual estágio do capitalismo financeirizado, qualquer preocupação com a garantia dos direitos sociais por parte do Estado (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 542), logo a afirmação da diferença é uma forma que os sujeitos têm encontrado para denunciar a “privatização dos direitos” (CHAUI, 2019) e anunciar que “novos direitos precisam ser conquistados” (CHAUI, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica capitalista de produção social do espaço é condição e expressão das relações de produção e reprodução da ordem do capital, e de seu movimento de acumulação e valorização. A cidade tornou-se, ela própria, uma mercadoria conectada às finanças globais. Nesse contexto, as lutas urbanas e os sujeitos coletivos urbanos cumprem papel fundamental para construção de um projeto contra hegemônico, radicalmente anticapitalista, de cidade e de sociedade. Ao participar da construção dos processos de resistência à produção desigual do espaço urbano, os assistentes sociais contribuem para colocar em xeque a propriedade privada e o ciclo de produção/reprodução/acumulação do capital.

Conforme buscamos apresentar neste artigo a agenda de defesa do direito à cidade vem se transformando. A afirmação da diferença entre os sujeitos coletivos nos ajuda a compreender por que – além da participação nas tradicionais lutas urbanas por abastecimento de água, tratamento de esgoto, transporte, moradia e regulação fundiária, que historicamente compuseram a agenda do direito à cidade – os sujeitos coletivos na contemporaneidade se organizam a partir de uma nova gramática política, táticas de ação e agenda de luta bastante heterogênea.

Entendemos que para superarmos a lógica de produção capitalista das cidades e contribuirmos para o alcance do direito à cidade é necessário o reconhecimento da potência política dos sujeitos coletivos que se organizam desde os territórios periféricos e favelados das cidades. Nesse sentido, é preciso superar a visão moralista que os vê como assujeitados ou submissos à velha política do coronelismo e do voto de cabresto. Embora essa forma de fazer política ainda esteja presente nos territórios periféricos e tenha se complexificado com a militarização da cidade, observamos que esses sujeitos reconhecem o seu papel político para a construção do direito à cidade em sua dimensão utópica; eles sabem que para que a democracia não atenda apenas às necessidades das classes burguesas (CHAUI, 2011) é necessário saturá-la de contradições. Logo, ao contribuírem para exposição das tensões e conflitos sociais existentes nos territórios, os sujeitos garantem a vitalidade democrática (RANCIÈRE, 2014).



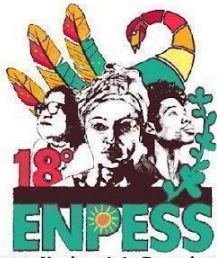
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

- AGUILLAR, R. G. **Horizontes comunitario-populares**: producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHAUÍ, M. **Breve história da democracia**. [Apostila do curso: A democracia pode ser assim: histórias, formas e possibilidades.] São Paulo: Boitempo; Sesc, 2020. CHAUÍ, M. Neoliberalismo: a nova forma de totalitarismo. **A terra é redonda**, 6 de outubro de 2019
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **A luta popular urbana por seus protagonistas**: direito à cidade, direitos nas cidades. Rio de Janeiro: Fase, 2018.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. São Paulo, Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, 4ª Edição, São Paulo, 2011. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019.
- LEFEBVRE, H. **A produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG, 2006. LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- OXFAM INTERNATIONAL. **Poder, lucros e a pandemia**: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. Brasil:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

OXFAM, 2020.

RANCIÈRE, J. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SILVA, C. R. **Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro**: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal. 2021. 263 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC São Paulo, 2021.

SILVA, C. R.; CÍCERA, M; PAZ, R. D. O. **Direito à cidade: o fetiche da Mercadoria e a luta pelo direito à moradia** In: Políticas Públicas e Direitos Sociais; (org) Ademir A. da Silva e Rosângela D.O.da Paz – 1ª Edição, São Paulo : Paulíneas, 2020

TELLES, V. S. Direitos sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, São Paulo, v. 37, p. 34- 45, 1998.

ZIBECHI, R. **Territórios em Resistência – Cartografia política das periferias urbanas da América Latina** – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.